



ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO ESPECIALIZADO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os educandos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p.16).

Dessa forma, a Educação Especial, de acordo com a atual Política do MEC, deve assegurar o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é definido pelo Decreto Federal 7.611/11, no § 1º do Art. 2º, alíneas I e II como:

(...) conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - complementar a formação dos alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, como apoio permanente e limitado, no tempo e na frequência dos estudantes às Salas de Recursos Multifuncionais, doravante denominadas pela sigla SRM; ou

II - suplementar a formação de alunos com Altas Habilidades/ Superdotação.

No Estado do Paraná, em cumprimento aos preceitos legais e às recomendações de documentos nacionais e internacionais, que destacam diretrizes para a construção de espaços educacionais inclusivos, a oferta de serviços de apoio complementar e suplementar especializados, nas escolas da rede pública de ensino, para o público-alvo da Educação Especial, é acrescido do atendimento aos alunos com transtornos funcionais específicos, organizado na de SRM, Professor de Apoio à Comunicação Alternativa (PAC), Professor de Apoio Educacional Especializado, (PAEE) e Tradutor e Intérprete de LIBRAS (TILS), Guia Intérprete e Professor Itinerante.

Organização do atendimento educacional especializado

No estado, o serviço de apoio complementar à escolarização, no contexto da escola regular, é ofertado a alunos com Deficiência Intelectual (DI), Deficiência Física Neuromotora (DFN), Deficiência Visual e Baixa Visão (DV), Surdez, Surdocegueira, Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), Transtornos Funcionais Específicos (TFE) e Altas Habilidades/ Superdotação (AH/SD).

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO EDUCACIONAL**



Apoio no turno da escolarização no ensino comum

Professor de Apoio Educacional Especializado (PAEE) - TGD
Professor de Apoio à Comunicação Alternativa – (PAC) - DFN
Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais /Língua Portuguesa – (TILS) Surdez
Guia Intérprete - Surdocego
Professor itinerante - Cego

Apoio no turno contrário ao da escolarização no ensino comum:

Sala de Recursos Multifuncional (SRM) – DI, DFN, TGD, TFE;
Sala de Recursos Multifuncional (SRM) – Deficiência Visual;
Sala de Recursos Multifuncional (SRM) – Surdez;
Sala de Recursos Multifuncional (SRM) – AH/SD;
Professor de Libras e/ou instrutor surdo.

Atendimento individual ao aluno

A ação pedagógica da SRM deve respeitar todas as particularidades do aluno, pois cada um é único em suas características, que dependem de uma série de fatores dos aspectos de desenvolvimento físico e socioemocional. Apesar de suas necessidades de aprendizagem acadêmica, os alunos nas diferentes áreas de abrangência da Educação Especial trazem conhecimentos de vida bastante valiosos, que precisam ser respeitados e valorizados. Assim, os professores, tanto da SRM, quanto da classe comum, devem acreditar na potencialidade deste aluno, estimulando a busca pelo conhecimento acadêmico, e intervindo positivamente no desenvolvimento de suas habilidades cognitivas e adaptativas, propondo um plano de intervenção pedagógica individualizado.

Para o aluno da área dos Transtornos Globais do Desenvolvimento, além dos aspectos relacionados diretamente ao currículo, o professor deve levar em consideração os aspectos emocionais, atribuindo-lhes o mesmo nível de importância das demais capacidades cognitivas e linguísticas. É necessário conhecer cada aluno na sua individualidade, respeitar o seu tempo, reconhecer aquilo que é importante para cada um, formar vínculo, ajudá-lo a se perceber e, principalmente, entender que a agressão nos momentos de agitação motora não se dirige a professores, mas sim, às manifestações sintomáticas da sua estrutura psíquica. No planejamento das intervenções, deve-se observar a natureza das dificuldades, considerando as severas ausências de

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO EDUCACIONAL



interações, comunicação e linguagem e também as alterações de atenção, baixa frustração, ansiedade, hiperatividade e agressividade que podem apresentar.

No atendimento ao aluno com deficiência física neuromotora é imprescindível conhecer suas formas de comunicação/interação, a fim de definir estratégias de ensino que desenvolvam as capacidades e o potencial, possibilitando assim sua participação nas situações práticas vivenciadas no cotidiano escolar.

No atendimento específico ao aluno com Altas Habilidades/Superdotação, as atividades deverão ser organizadas, levando-se em conta os conhecimentos prévios, as áreas de interesse e habilidades do estudante.

Portanto, conclui-se que o ponto de partida para o atendimento das especificidades do aluno na SRM é o resgate de sua autoestima, a efetivação e valorização da aprendizagem. Nesse contexto, o professor deve assumir o papel de motivador e articulador na busca de recursos que atendam à necessidade de aprendizagem do aluno, sensibilizando-o na construção do conhecimento e propiciando ambiente socioafetivo favorável ao alcance da autonomia intelectual, moral e social, utilizando-se de todos os recursos disponíveis.

Trabalho colaborativo entre os professores SRM e classe comum

A inclusão de educandos público alvo da Educação Especial é um grande desafio, pois muitos professores da classe comum alegam desconhecimento para o atendimento pedagógico a esse grupo de educandos, apoiados em um discurso de que não foram preparados para ensinar educandos com necessidades educacionais especiais.

Diante dessa realidade, é fundamental que o professor da classe comum seja orientado à busca de novas práticas educativas. Por sua vez, os professores da Educação Especial, por serem especializados e por acumularem conhecimentos no trabalho pedagógico, devem atuar como apoio aos professores das diferentes disciplinas na escolarização desses educandos no contexto comum de ensino.

Dessa forma, Brizolla (2009) destaca que a Educação Especial e o ensino comum devem estabelecer um trabalho de cooperação, pois, se de um lado a Educação Especial dispõe de serviços e recursos especializados para o atendimento das especificidades dos educandos com necessidades educacionais especiais, por outro lado, o ensino comum responsabiliza-se pela escolarização desses alunos. Nesse sentido, é estabelecida uma relação de parceria e colaboração entre os níveis educacionais e a modalidade de Educação Especial, na qual uma categoria depende da outra para a realização do trabalho pedagógico, ou seja, cooperam.

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO EDUCACIONAL**



Para que o trabalho colaborativo da SRM e das diferentes disciplinas ocorra com sucesso, é necessário que os profissionais envolvidos mantenham um diálogo constante, somem suas responsabilidades quanto ao processo de ensino, e após conhecer as necessidades e potencialidades do aluno, estabeleçam objetivos comuns a serem alcançados, como possibilitar o acesso e a flexibilização curricular, a avaliação diferenciada, a organização de metodologia e estratégias pedagógicas, de forma a atender às necessidades educacionais especiais dos educandos.

Trabalho colaborativo entre escola e família

Esse trabalho é uma relação estreita com a família do aluno que frequenta a SRM, sendo fundamental para o sucesso da aprendizagem do mesmo. A parceria entre escola e família é fundamental no desenvolvimento do aluno/filho, pois muitas das respostas às necessidades educacionais especiais surgem por meio do diálogo e de ações coordenadas. Relações claras sobre as responsabilidades que competem a cada um dos segmentos possibilitarão traçar intervenções pedagógicas específicas relevantes na área cognitiva e afetiva-emocional, consequente na aprendizagem dos conteúdos acadêmicos.

Atribuições do Professor

- a) Participar da avaliação psicoeducacional no contexto escolar dos alunos com problemas de aprendizagem, em conformidade com as orientações da SEED/DEEIN.
- b) Elaborar, executar e avaliar o Plano de Atendimento Especializado do aluno, contemplando: a identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas; a definição e a organização das estratégias pedagógicas, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade; e o cronograma do atendimento (carga horária, individual ou em pequenos grupos).
- c) Orientar os professores da classe comum, juntamente com a equipe pedagógica, quanto à flexibilização curricular, avaliação e metodologias que serão utilizadas na classe comum, visando à disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos.
- d) Realizar um trabalho colaborativo com os docentes das disciplinas no desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.
- e) Produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos educandos e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos propostos no plano curricular.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO EDUCACIONAL



- f) Orientar os professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno, de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação.
- g) Desenvolver atividades de apoio pedagógico educacional especializado, de acordo com as necessidades específicas, tais como: ensino da Língua Brasileira de Sinais-Libras; ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para educandos surdos, na modalidade escrita, sendo facultativa para o educando a modalidade oral e produção de análise linguística; uso dos recursos de tecnologia assistiva; ensino do sistema Braille; ensino do uso do Soroban; ensino das técnicas para a orientação e mobilidade; atividades de vida autônoma e social e atividades para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.
- h) Elaborar relatório de avaliação qualitativa de aprendizagem do desenvolvimento dos educandos nas atividades realizadas, bem como do acompanhamento do processo de escolarização dos educandos na classe comum (o relatório deverá ser elaborado conforme sistema de avaliação da escola e participação no conselho de classe).
- i) Participar de todas as atividades previstas no calendário escolar, especialmente no Conselho de Classe.
- j) Zelar pela frequência do aluno na sala da SRM, comunicando qualquer irregularidade à equipe pedagógica.
- k) Registrar a frequência do educando no Livro de Registro de Classe (cada turma deverá ter um registro próprio).
- l) Cumprir as horas-atividade no local e turno de exercício da docência.
- m) Cumprir o calendário escolar, quanto aos dias letivos, hora-atividade estabelecida, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.
- n) Atender à convocação da direção ou equipe pedagógica para participar, durante a hora-atividade, de reuniões pedagógicas com professores das disciplinas, bem como dedicar-se ao planejamento das atividades pedagógicas, elaboração de materiais didáticos próprios e atendimento dos pais ou responsáveis.
- o) Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, educandos, pais e com os demais segmentos da comunidade escolar.

Plano de Atendimento Educacional Especializado

- a) O Plano de Atendimento Educacional Especializado é o planejamento das intervenções pedagógicas a serem desenvolvidas na SRM. A elaboração deste plano deve envolver o professor

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO EDUCACIONAL**



da SRM, professores das disciplinas, equipe pedagógica, profissionais externos à escola que acompanham o desenvolvimento do educando, além dos familiares. É um documento importante para que a escola e a família acompanhem a trajetória percorrida pelo educando.

- b) Este documento deve ser inicialmente elaborado, a partir das informações contidas no relatório da avaliação psicoeducacional no contexto escolar e revisto continuamente em função do desenvolvimento e aprendizagem do educando, e ainda sendo atualizado após cada Conselho de Classe.
- c) Este Plano consiste na descrição das características do desenvolvimento do educando e proposta de atendimento: objetivos, plano de ação/atividades, período de duração, resultados esperados, resultados obtidos e observações complementares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Federal nº7611/11, Casa Civil, 2011.

_____. Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

_____. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação

Inclusiva – versão preliminar. Brasília: setembro de 2007.

BRIZOLLA, F. Para além da formação inicial ou continuada, a form(a)ção permanente: o trabalho docente cooperativo como oportunidade para a formação docente dos professores que atuam com alunos com necessidades educacionais especiais. Universidade Federal do Paraná, setor litoral, 2009, V Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: formação de Professores em foco, São Paulo, SP.

PARANÁ, Recursos Pedagógicos na Aprendizagem: Subsídios e Orientações. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba, 1999.

PIAGET, J. Psicologia e pedagogia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

PIAGET. A Psicologia da Criança. São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL – Difusão Editorial, 6ª Ed, 1980.

VIGOTSKY, L. S, A Formação social da mente. Psicologia e Pedagogia. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VIGOTSKY, L. S, Pensamento e Linguagem. Psicologia e Pedagogia. São Paulo: Martins Fontes, 1991.10.